



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Local: Ministério Público – Praça Antenor Fagundes, s/nº – sala 1 (conjunto de multimídia) - Centro

Data: 25/04/2017

Horário: 10:30h

Compareceram nesta reunião: Dra. Raquel Chrispino (TJRJ); Sra. Tula Brasileiro (COESUB/MPRJ); Sra. Carolina Cruz (ARPEN), Dra. Carla Beatriz (DPGERJ), Sra. Priscila Milhomem (ARPEN), Livia Paschoal (COESUB/MPRJ), Luana Evaristo (COESUB/MPRJ), Alice de Melo (DFDA/RJ); Flora Beatriz (DETRAN/RJ); Claudia Cunha (SETRAB/RJ); Simone Haddad (DPGERJ); Dra. Allyne Giannini (MPRJ); Karla Ferreira (SEADHMI); Paula Cristina Alves Damasceno (DPGERJ); Thaiana Alexandre Pinto (DETRAN/RJ); Aline Inglez (SEADHMI).

1) APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Iniciada a reunião, foi feita a apresentação dos participantes e realizada a leitura da pauta.

2) ACORDO DE COOPERAÇÃO

Tula sugeriu que seja feita uma leitura do Acordo para que sejam destacados os seus objetivos, conforme a planilha de ações.

Dra. Raquel destacou que o presente grupo apresenta produto de trabalho, o que é bastante interessante porque mostra todo o trabalho realizado.

a) Garantir a universalização do Registro Civil de Nascimento e acesso à Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista e Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Sobre o item “a” da planilha, a Dra. Raquel lembrou que a questão não trata apenas das Unidades Interligadas, mas como é bastante amplo, deve ficar isolado. Ela entende que não será possível fazer um documento único com todos os temas e que prefere que a lei seja só para as Unidades Interligadas. Então, somente a lei se encaixaria no objetivo “a” da planilha, mas isso não significa que o “a” não possa ser executado pelos objetivos que estão no “b”.

Para a Dra. Raquel, pela organização do documento, somente a Lei das Unidades Interligadas deveria ficar no item “a”.

b) Garantir a integração dos órgãos emissores de documentos e seus respectivos banco de dados.

Sobre o item “b”, a Dra. Raquel diz estar satisfeita com o resultado tendo em vista a quantidade de convênios realizados. Lembrou ainda o que significa a sigla CRC. Frisou a importância de se adicionar a sigla no glossário destacando que trata-se de CRC Estadual, vez que a Nacional ainda não foi criada.

c) Garantir a capilaridade, informatização e celeridade dos órgãos emissores de documentos.

Priscila informou que já há tratativas para a criação da CRC Nacional, que o Eduardo está conversando com a CRC de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

d) Garantir o pleno acesso à pessoa hipossuficiente, comprometendo-se a criar normativas internas, específicas e efetivas para essa finalidade.

Dra. Carla fez a leitura do item “d” e informou que no Posto Méier há a divisão de “Posto 1” e “Posto 2”.

Dra. Raquel acredita que pensar em uma integração seria uma boa solução.

Dra. Carla Beatriz disse que o posto de identificação civil do Méier foi criado para a emissão de carteira de identidade. Contudo, com fechamento do Poupa Tempo houve a superlotação do Posto Méier. Além disso, aconteceram mais dois eventos que aumentaram a demanda: o aumento da população em situação de rua e a diminuição do atendimento do DETRAN/RJ em outras unidades.

Explicou ainda que o Posto Registral é interno. Para o assistido conseguir a Certidão de Nascimento/Casamento, ele precisa procurar o Defensor no NUDED. Lembrou ainda que, o Posto Méier não foi criado para atender as demandas da Certidão de Nascimento.

e) Estimular a criação de Comitês Municipais de Erradicação de Sub-Registro Civil de Nascimento e Acesso à Documentação Básica no Estado do Rio de Janeiro.

Sobre o item “e”, a Sra. Karla informou que houve um workshop da Saúde em Teresópolis, onde representantes do Município de São José do Vale do Rio Preto esteve presente, informando que têm problemas com problema de sub-registro. Então será marcada uma visita para conversar sobre a questão.

Relatou ainda que o Município de São Pedro da Aldeia quer instituir o Comitê Municipal.

f) Garantir a ampliação e fortalecimento das ações voltadas para a identificação civil do recém-nascido na maternidade, com programas estaduais específicos que integrem os registradores civis, o DETRAN/RJ e Secretaria Estadual de Saúde, sem prejuízo de congêneres.

Acerca do item “f”, Tula perguntou se todas as ações listadas estão sendo realizadas.

Priscila respondeu que esse ano iniciou um movimento em cima das cobranças, sobre os índices das Unidades Interligadas, analisando esses dados.

g) Garantir a implantação de sistema de preenchimento online do Documento Nascido Vivo – DN pelos municípios, de forma célere e efetiva.

Sobre o item “g” que trata da DN on-line, a Dra. Aline informou que foi realizada a reunião e que o CAO Saúde ficou responsável pelo encaminhamento do ofício do MPRJ.

h) Garantir que não seja negado ao aluno, por falta de documentação, a matrícula, mudança de segmento, emissão de declarações, assegurando que sejam adotadas as providências cabíveis para a regularização de sua situação documental.

i) Garantir a implementação de ações e programas voltados ao acesso da documentação dos estudantes nas redes de ensino municipais e estadual.

Sobre o item “h”, Tula informou que o mesmo está interligado com o item “i” e que já foram feitos alguns encontros. E, que no GT Educação começou a se pensar em um projeto piloto no Município de Magé.

Priscila informou que tem um projeto piloto realizado no Município de Sapucaia com a ARPEN, CGJ e DETRAN/RJ. E pediu que o mesmo fosse incluído na planilha.

Tula lembrou que já está sendo pensado um projeto, em que foram realizadas algumas reuniões no MPRJ com o CAO Infância, CAO Educação e o PLID. E que ainda não se conversou com Belford Roxo, mas que seria o município que teria o piloto desse projeto. Mas destacou que essa ideia ainda está em fase embrionária, muito recente.

Destacou ainda que o Comitê já tentou começar esse projeto, mas não teve pernas para seguir adiante.

Dra. Raquel lembrou que na área da Infância, o CNJ tem como meta a implantação da Justiça Restaurativa como solução de conflitos na área da Educação. E se propôs a fornecer os contatos da secretaria de Educação que pudessem contribuir com o GT Educação.

Dra. Raquel perguntou à Flora se o DETRAN/RJ poderia coordenar o GT Educação. Lembrou da importância desse GT e do prejuízo do mesmo ficar estagnado. Destacou que a implementação da política de documentação na primeira infância, seria o primeiro passo para se provocar uma grande revolução.

Flora respondeu que primeiro tem que consultar o Diretor Dr. Márcio Bahiense. E, acrescentou dizendo que entende ser importante trazer a Prefeitura já que as escolas de ensino fundamental são por ela administradas.

j) Garantir o preenchimento do Cadastro Único para as pessoas que não possuem documentos, assegurando-se providências cabíveis para regularização de sua situação documental.

Sobre o item “j”, Karla lembrou que no Comitê Municipal estão sendo realizadas capacitações das equipes técnicas, que já realizou capacitação em Niterói, Nilópolis, Queimados e Belford Roxo, e que se disponibilizou a ir em São João de Meriti a pedido da Dra. Raquel que foi demandada nesse sentido.

Destacou ainda que, em muitas vezes financia o próprio deslocamento porque acredita que o trabalho é muito importante e não pode parar.

k) Garantir o pleno acesso à rede de serviços de saúde para pessoas que não possuem documentos , assegurando-se providências cabíveis para regularização de sua situação.

Sobre o item “k”, Tula lembrou que a negação do serviço por falta de documento realmente acontece. E, que é preciso amadurecer algumas estratégias, já que são negados serviços básicos, tais como atendimento em pré-natal.

Dra. Raquel sugeriu que, como não há mais condições de se criar um GT da Saúde, esse tema seja incluído na pauta do GT Oficina das Maternidades, no final da reunião. Essa seria uma estratégia para evoluir no tema pré-natal, já que ninguém mais pode coordenar um novo GT, para que não fique uma pauta perdida.

Priscila entende que essa medida seria abraçar uma pauta da saúde.

Dra. Raquel lembrou que o GT Documentação já está sobrecarregado e que seria interessante chamar outros atores. E que seria interessante a mobilização de pessoas, principalmente na questão da saúde e dos refugiados.

Tula questionou se não seria importante tentar entender um pouco mais a questão da saúde, principalmente no que diz respeito da exigência do cartão SUS. E, um pouco da perspectiva da exigência do título de eleitor para a emissão do CPF. E, que o próprio GT Documentação possa discutir um pouco essa questão.

Dra. Raquel disse que vai tentar descobrir o contato da saúde na Corregedoria que tem um GT sobre a Saúde por conta dos óbitos. E, que também se pode tentar esse contato na Oficina das Maternidades.

Priscilla informou que a Sra. Adriana tem comparecido ao GT das Unidades Interligadas, e que talvez ela pudesse ser o contato.

l) Garantir o acesso à documentação de crianças, adolescentes, adultos e idosos institucionalizados, assegurando-se a realização de ações sociais periódicas com a participação de todos os responsáveis pela emissão de documentos.

m) Garantir a documentação de grupos populacionais específicos, tais como, pessoas privadas de liberdade, indígenas, pessoas em situação de rua, ciganos, migrantes, estrangeiros.

Sobre os itens “l” e “m”, Dra. Raquel disse que teve que criar um GT interno no TJRJ, chamado de GT Doc DEGASE, para viabilizar o acesso à aprendizagem.

Lembrou que há um projeto que está bem estruturado dentro do TJRJ, mas é um projeto muito grande dentro da aprendizagem. É um projeto precursor, já que nenhum outro Tribunal do Brasil tem um trabalho nesse sentido. Na prática vai funcionar como uma central de empregos para os adolescentes infratores. O TJRJ vai fazer o contato político com o Ministério do Trabalho, já que sem a CTPS não tem como fazer. Disse ainda que, se trata de um projeto muito bem estruturado onde acontecem reuniões semanais.

Acerca do GT Doc DEGASE, ele pode fazer parte do Comitê Estadual, desde que a Coordenação seja do TJRJ.

Informou ainda que, o projeto começou pelo ESSE, e já foi constatado que são 118 meninos que precisam de carteira de identidade. E, que a equipe técnica do ESE entendeu como funciona a cadeia documental e que conseguiu arrumar todas as pastas dos adolescentes.

Claudia Cruz informou que tem uma cunhada que é médica da família e que perguntou como é o procedimento quando as pessoas não têm documento. Disse que ela respondeu que o atendimento do pré-natal é feito e a usuária é encaminhada para a Assistência Social para providenciar todos os documentos e que o CPF é o documento mais importante.

Karla disse que o procedimento correto é esse mesmo. Ressaltou que é importante que essa ponte da Assistência Social conheça o trâmite do fluxo para esse tipo de documentação.

n) Garantir a capacitação dos diferentes profissionais que atuam no trabalho de acesso à documentação

Sobre o item “n”, Tula lembrou de incluir o Programa Identificando o Cidadão da SEAP, o Posto Méier e o GT Pop Rua.

o) Garantir que as ações sociais de emissão de documentos ocorram, em agenda construída em consenso com as instituições participantes, com periodicidade pré-estabelecida e a participação de todos os órgãos responsáveis pela emissão de documentos.

Sobre o item “o”, Tula informou que o portal da COESUB é uma contribuição, já que tem uma aba com doutrina, legislação e diversos materiais que qualquer pessoa tem acesso.

Dra. Raquel informou que provavelmente irá acontecer uma ação específica dentro das unidades prisionais. Mas que ainda é um projeto em fase embrionária, pois apesar de ser ano eleitoral, há problemas de natureza orçamentária.

Tula informou que serão adicionadas as informações na planilha, mas que ainda falta dar mais concretude ao Acordo de Cooperação.

Dra. Raquel lembrou que o Tresser percebeu que se for feita uma consulta biográfica no banco de dados nacional da Polícia Federal, ele consegue fazer uma pesquisa focada com base na biografia. Ressaltou que isso é uma conquista do Grupo de Trabalho já que será possível diminuir o número de sub-identificação de presos no Rio de Janeiro.

3) GLOSSÁRIO

Flora perguntou se não seria melhor alterar o glossário para colocar os documentos em ordem.

Dra. Raquel sugeriu que se insiram os termos “retificação”, “averbação” e “anotação”, já que são três termos muito utilizados.

Priscila sugeriu que se incluía o termo “matrícula”.

Flora lembrou que falta acrescentar os termos ligados ao CPF e a CTPS.

Dra. Raquel sugeriu que ele seja organizado por temática e em ordem alfabética.

Tula sugeriu que se incluía a Corregedoria Geral de Justiça.

Dra. Raquel sugeriu que se insira também a Corregedoria Nacional de Justiça já que também é o grande ator ligado ao Registro.

4) PLANILHA

Tula sugeriu que se continuasse a leitura da planilha a partir do eixo nº 1, ação 12.

Dra. Raquel fez a leitura.

Tula acredita que se evoluiu, mas que ainda há fragilidade na ponta de atendimento.

Dra. Raquel acredita que há um movimento de sucateamento dos serviços do Estado e que, apesar de ser otimista, acredita que o Comitê não vai conseguir mudar muito esse panorama. Lembrou que há um ano não tinha ninguém da CTPS e que hoje já tem.

Sobre a ação 13, do eixo nº 1, Tula entende que a porta de entrada com a Polícia Federal tem mais a ver com a questão dos refugiados.

Flora informou que o acesso à Polícia Federal se dá através do Portal de Segurança.

Sobre a ação 14, Tula informou que existe a ideia de se criar uma aba sobre a questão do CPF, já que há uma proximidade com a Receita Federal. E, sugeriu que a Carolina Rique apresente uma proposta de fluxo.

Acerca da ação 15, Flora informou que o projeto piloto de Belford Roxo já está encaminhado. Porém, somente em abril é que foram cadastrados os 03 (três) Assistentes Sociais da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura. E que não há a previsão de se abrir para outros lugares.

Tula perguntou porque só foram cadastrados 03 (três) Assistentes Sociais.

Flora respondeu que foi esse o número informado pela Prefeitura de Belford Roxo. E que ainda não se abriu a porta para todo mundo porque ainda se trata de um projeto piloto. Contudo, a ideia é abrir a porta para todos que trabalham com essa temática.

Sobre as ações 16 e 17, ambas estão ligadas à CRC, Priscila informou que a CRC é uma ferramenta de acesso interno. Porém, informou que está devendo atualizar sobre algumas novidades.

5) INFORMES

Tula informou que no dia 05/05/2017 está prevista a reunião ampliada do Comitê.

A próxima reunião está prevista para o dia 18/05/2017, as 10:30h.